



Artigo de Investigação

## OS “TRANSFORMADOS” NA GUARDIA CIVIL

*Tradução para o português com ajuda de IA (DeepL)*

**José Manuel Vivas Prada**

Tenente-Coronel da Guardia Civil

Doutor em História pela Universidade de Salamanca

[jmvivasprada@guardiacivil.es](mailto:jmvivasprada@guardiacivil.es)

ORCID: 0000-0003-2443-0286

Recebido em 23/02/2026

Aceite em 21/05/2026

Publicado em 30/06/2026

doi: <https://doi.org/10.64217/logosguardiacivil.v4i2.8910>

Citação recomendada: Vivas, J. M. (2026). Os “Transformados” na Guardia Civil. *Revista Logos Guardia Civil*, 4(2), pp. 357-384.

<https://doi.org/10.64217/logosguardiacivil.v4i2.8910>

Licença: Este artigo é publicado ao abrigo da licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Registo Legal: M-3619-2023

NIPO online: 126-23-019-8

ISSN online: 2952-394X



## OS “TRANSFORMADOS” NA GUARDIA CIVIL

**Índice:** 1. INTRODUÇÃO. 2. ESPANHA, 2 DE ABRIL DE 1939. 2.1. A Escala de Complemento. 2.2. Os Oficiais Provisórios. 3. A TRANSFORMAÇÃO. 4. INGRESSO NA GUARDIA CIVIL. 4.1. 1.<sup>a</sup> Convocatória. 4.2. 2.<sup>a</sup> Convocatória. 4.3. 3.<sup>a</sup> Convocatória. 4.4. 4.<sup>a</sup> Convocatória. 4.5. 5.<sup>a</sup> Convocatória. 5. CONCLUSÃO.

**Resumo:** Ao longo da história da Guardia Civil, o recrutamento de oficiais sempre constituiu um problema. Diferentes fatores e circunstâncias dificultaram a transição de subalternos das armas de Infantaria e Cavalaria para o Corpo. Esta realidade, sempre presente<sup>1</sup>, tornou-se especialmente preocupante no final da Guerra Civil espanhola, pois, logicamente, os interesses do Exército davam prioridade ao preenchimento dos seus efetivos em detrimento das necessidades da Guardia Civil. Por outro lado, a perspectiva de uma nova Espanha, sem conflitos previsíveis (pelo menos em 1939), deixava entrever uma carreira sem sobressaltos para aqueles jovens oficiais; pelo contrário, a Guardia Civil apenas oferecia desgostos e riscos, que se tornaram evidentes quase imediatamente com os primeiros confrontos com os grupos de antigos combatentes republicanos, quer estes se mantivessem em território espanhol, quer realizassem incursões a partir de França, popularmente conhecidos como «o maquis».

Uma vez tomada a decisão de os transformar em «efetivos» ou «profissionais», milhares de subalternos que integravam a Escala de Complemento e a de Provisórios, pelo menos até à formatura dos primeiros tenentes que se formariam na Escola Geral, foram passando pelas Academias de Transformação.

De qualquer forma, o objeto da nossa investigação centra-se naqueles que, apesar de todas as adversidades, optaram por ingressar na Guardia Civil e permitiram, com a sua decisão, manter a continuidade na cadeia de comando. Se tivesse contado apenas com os que provinham da promoção interna, o Corpo teria de enfrentar, mais tarde, sérias dificuldades para preencher os cargos de maior responsabilidade.

**Resumen:** A lo largo de la historia de la Guardia Civil, la recluta de oficiales siempre supuso un problema. Diferentes condicionantes y circunstancias dificultaron el pase de subalternos desde las armas de Infantería y Caballería hacia el Cuerpo. Esta realidad, siempre presente<sup>2</sup>, se hizo especialmente preocupante al acabar la Guerra Civil española

<sup>1</sup> A tal ponto que, praticamente desde a criação do Corpo, os critérios de proporcionalidade na distribuição das vagas para oficiais subalternos — entre os provenientes do Exército e os resultantes de promoção interna — foram variando, numa tentativa de completar os quadros. A necessidade de preencher as vagas levou à criação do Colégio de Getafe (após o encerramento da Academia Geral, na sua primeira fase) e da Academia Especial em 1907 (que só iniciaria a sua atividade em 1927). Gistau Ferrando (*A Guardia Civil: história desta instituição*) estima, para 1905, em pouco mais de 100 o número de vagas por preencher no cargo de tenente. Já no período em que se insere este estudo, a Lei de 25 de novembro de 1944 estipulava: «Desde a publicação da Lei de 15 de março de mil novecentos e quarenta, que organiza o novo Corpo da Guardia Civil, são muitas as vagas que não puderam ser preenchidas, apesar dos repetidos anúncios». Obviamente, os resultados não foram os desejados, uma vez que uma nova lei, a de 13 de julho de 1950, reconhecia que: «A Lei de 25 de novembro de mil novecentos e quarenta e quatro, pela qual foram estabelecidas normas para preencher as vagas de oficiais no Corpo da Guardia Civil, não conseguiu satisfazer, numericamente, as suas necessidades indispensáveis de oficiais provenientes do Exército».

<sup>2</sup> Tal es así que, prácticamente desde la creación del Cuerpo, fueron variando los criterios de proporcionalidad en el reparto de las plazas para oficiales subalternos, entre procedentes del Ejército y los de promoción interna, tratando de completar las plantillas. La necesidad de cubrir las vacantes conllevó la creación del Colegio de Getafe (al cerrar la Academia General, en su primera época) y la Academia Especial en 1907 (que no comenzaría su actividad hasta 1927). Gistau Ferrando (*La Guardia Civil: historia de esta institución*) cifra, para 1905, en algo más de 100 las vacantes sin cubrir en el empleo de teniente. Ya centrados en la época en la que se enmarca este estudio, la Ley de 25 de noviembre de 1944 recogía: “Desde la publicación de la Ley de quince de marzo de mil novecientos cuarenta, que organiza el nuevo Cuerpo

pues, lógicamente, los intereses del Ejército priorizaban la cobertura de sus plantillas antes que atender las necesidades de la Benemérita. Por otro lado, el horizonte presumible de una nueva España, sin conflictos previsibles (al menos en 1939), adivinaban una carrera sin sobresaltos para aquellos jóvenes oficiales; por el contrario, la Guardia Civil sólo ofrecía sinsabores y riesgos, casi inmediatamente puestos de manifiesto ante los primeros enfrentamientos con las partidas de antiguos combatientes republicanos, se mantuviesen en el territorio español o realizasen incursiones desde Francia, popularmente conocidas como “el maquis”.

Adoptada la decisión de transformarlos en “efectivos” o “profesionales”, miles de subalternos que engrosaban la Escala de Complemento y la de Provisionales, al menos hasta que egresasen los primeros tenientes que se formarían en la General, fueron pasando por las Academias de Transformación.

En cualquier caso, el objeto de nuestra investigación se centra en aquellos que, con todo en contra, optaron por ingresar en la Guardia Civil y permitir, con su decisión, mantener la continuidad en la cadena de mando. De haber contado sólo con los que procedían de la promoción interna, el Cuerpo habría tenido que afrontar, más adelante, serias dificultades para cubrir los puestos de mayor responsabilidad.

**Palavras-chave:** Oficiais transformados, alferes provisórios, escala de complemento, Guardia Civil.

**Palabras clave:** Oficiales transformados, alféreces provisionales, escala de complemento, Guardia Civil.

## ABREVIATURAS

AGM: Academia Geral Militar

BOE: Boletim Oficial do Estado

BOJDNE: Boletim Oficial da Junta de Defesa Nacional de Espanha

CFHGC: Centro de Fotografia Histórica da Guardia Civil

D: Decreto

DOMÉ: Jornal Oficial do Ministério do Exército

FET-JONS: Falange Espanhola Tradicionalista e das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista

GM: Gazeta de Madrid

IMEC: Instrução Militar da Escala de Complemento

IPS: Instrução Pré-Militar Superior

L: Lei

O: Portaria

RD: Decreto Real

SEFOCUMA: Serviço de Formação de Quadros de Comando

---

*de la Guardia Civil son muchas las vacantes que no han podido cubrirse a pesar de su anuncio reiterado”. Obviamente, los resultados no fueron los deseados, pues una nueva Ley, la de 13 de julio de 1950, reconocía que: “La Ley de veinticinco de noviembre de mil novecientos cuarenta y cuatro, por la que se dictaron normas para cubrir las vacantes de Oficiales en el Cuerpo de la Guardia Civil, no ha logrado satisfacer, numéricamente, sus imprescindibles necesidades de Oficiales procedentes del Ejército”.*

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar de se tratar de um grupo de indubitável importância na história das forças armadas espanholas, não existem estudos específicos sobre os «transformados», e muito menos sobre aqueles que desenvolveram a sua carreira na Guardia Civil. Esses jovens, inicialmente considerados quase como *substitutos* dos oficiais, permitiram consolidar as bases da pirâmide hierárquica do exército do pós-guerra e, no entanto, apenas encontramos algumas referências pontuais em artigos ou livros cuja temática principal aborda outros aspetos diferentes. Para além de pequenas notas no livro da coronel Isabel Sánchez (3 páginas de um volume com mais de 1900), de um par de artigos isolados na Revista de História Militar ou de comentários numa monografia sobre o Centro de Instrução, não se encontrou mais informação e, em todo o caso, no que diz respeito à Guardia Civil, apenas o conteúdo desta monografia.

A metodologia, fundamentalmente exploratória e de base documental, assentou na pesquisa de informação em inúmeros boletins e jornais oficiais, especialmente os publicados entre 1936 e 1947, mas que se estende até épocas mais recentes, como as da década de 80 do século XX. Para completar e, sobretudo, para poder confirmar alguns dos dados obtidos, foram analisadas várias fichas de serviço e processos conservados no Arquivo Histórico do Corpo.

Como resultado de tudo isto, neste trabalho iremos conhecer a origem dos «transformados», a base normativa e o processo de formação para a sua conversão em oficiais efetivos e, no que diz respeito à Guardia Civil, a sua chegada, evolução e a marca que deixaram aqueles que optaram por servir no Corpo.

Talvez seja surpreendente saber como alguns desses oficiais *de circunstância* chegaram a ocupar os cargos de maior responsabilidade na cadeia de comando da Guardia Civil, e não de forma pontual, mas ao longo de toda uma década, talvez a mais relevante da Espanha contemporânea.

Teria sido muito gratificante aprofundar os aspetos profissionais e, até mesmo, pessoais de alguns deles, mas este é um desafio que, talvez, venha a concretizar-se num livro mais tarde.

## 2. ESPANHA, 2 DE ABRIL DE 1939

Terminada a Guerra, os quadros de comando do Exército e da Guardia Civil encontravam-se numa situação crítica, sobretudo no que diz respeito aos oficiais subalternos, entre os quais se registava o maior número de mortos no campo de batalha. Além disso, nem todos os alferes, tenentes e, em grande medida, também capitães, terão lugar no Exército da Espanha que surge a 1 de abril de 1939: serão dispensados aqueles que, ou bien combateram no bando republicano ou, simplesmente, foram declarados desleais após os processos correspondentes.

O escasso número destes oficiais de base não permitia satisfazer as necessidades mínimas para reconstruir um exército devastado e que, além disso, se tentava reorientar, com o objetivo de evitar possíveis desvios futuros, caso voltasse a ocorrer uma situação indesejada como a vivida no triênio anterior.

Para superar as contínuas perdas durante o conflito, recorreu-se abundantemente a duas figuras singulares. Uma delas, já existente e que, com diversas adaptações ao longo do tempo, continua em vigor até hoje, era a Escala de Complemento. A outra, criada em plena guerra e que foi perdendo importância após o seu término, era a Escala Provisória.

No que diz respeito à Guardia Civil, podemos considerar que a situação era ainda mais grave; não tanto pelas baixas sofridas — que, embora também consideráveis, foram em proporção muito menor do que no Exército —, mas sim pela sua falta endémica de pessoal.

Foram várias as tentativas para despertar o interesse dos jovens oficiais em ingressar no Corpo, mas nenhuma conseguiu, sequer, aproximar-se das expectativas criadas. A Guardia Civil enfrentava ainda o obstáculo de não poder dispor de pessoal dessa Escala Provisória, enquanto que à recém-criada Polícia Armada e de Trânsito era permitido o acesso aos seus membros; mais ainda, estes podiam ingressar no posto de alferes, algo mais difícil de aceitar para a Benemérita.

## 2.1. A ESCALA DE COMPLEMENTO

Temos de recuar até à Espanha de Afonso XIII para encontrar a origem dos oficiais de Complemento. A primeira referência claramente regulamentadora surge num Decreto Real de 1918<sup>3</sup>, com uma secção específica intitulada «OFICIALIDADE DE COMPLEMENTO», na qual se estabelecia o longo processo necessário para alcançar o primeiro cargo de oficial, e que obrigava os aspirantes a passar pelos postos de cabo e sargento. Entre os requisitos a cumprir por aqueles que viriam a integrá-la, destaca-se que «*serão exigidas determinadas condições de instrução para a sua admissão*».

Logicamente, a Guerra Civil representou um período peculiar em que os oficiais de Complemento continuaram a prestar serviços importantes. A propósito, embora em algumas ocasiões tenha sido publicado que o conhecido Decreto n.º 94<sup>4</sup> regulamentou esta figura, isso não é estritamente verdade. O erro pode decorrer da redação do artigo 1.º, alínea A):

*«Possuir um título académico ou profissional, entendendo-se por tal, no mínimo, o de Bachiller, e incluindo-se nestes, a título de exemplo, os de Professor, Técnico Especializado, Técnico de Obras, etc., e os das diversas carreiras do Estado».*

No entanto, a interpretação que deve ser feita do mesmo contempla dois aspetos relevantes. Em primeiro lugar, refere-se apenas ao pessoal que já presta serviço, pelo que, embora básica, já recebeu formação militar; e, em segundo lugar, não irão desempenhar funções relacionadas com a sua área de conhecimento académico, mas sim, simplesmente, tendo em conta a condição de «oficiais» que irão adquirir, torna-se necessário exigir um nível de estudos adequado. Por conseguinte, esta base da nova Escala Provisória não pretende, de forma alguma, substituir a Escala de Complemento.

<sup>3</sup> Decreto-Real de 7 de março de 1918, relativo às *Bases para a reorganização do Exército* (GM n.º 69, de 10/03/1918), posteriormente confirmado pela Lei de 29 de junho de 1918 (GM n.º 181, de 30/06/1918).

<sup>4</sup> Decreto n.º 94, de 4 de setembro de 1936, *que estabelece regras para a concessão do exercício do cargo correspondente ao posto de Alferes ao Corpo de Suboficiais, às classes de tropa e aos soldados dos Regimentos de Infantaria e Artilharia e aos indivíduos das milícias militarizadas, presentes nas fileiras* (BOJDNE n.º 17, de 7 de setembro de 1936).

De facto, ao longo do conflito, continuarão a ingressar ou a ascender nessa escala. Por vezes, em condições verdadeiramente notáveis, quase rocambolescas, como podemos ver no caso de Andrés Hernández Roldán:

*«Por se enquadrar no artigo 444.º e na regra 5.a do artigo 449.º da Lei de Recrutamento em vigor, concede-se o cargo de Alferes de Complemento ao Suboficial de Infantaria reformado Andrés Hernández Roldán, que atualmente presta serviço no 27.º Regimento de Infantaria de Argel»<sup>5</sup>.*

Com o tempo, os requisitos e as funções foram-se concretizando, de acordo com diferentes regulamentos, entre os quais se destacam o de 1940<sup>6</sup> (Instrução Pré-militar Superior, IPS, com a Milícia Universitária), o de 1968<sup>7</sup> (Serviço para a Formação de Quadros de Comando e Especialistas do Complemento e da Reserva Naval), o de 1971<sup>8</sup> (Instrução Militar da Escala do Complemento, IMEC), a de 1984<sup>9</sup> (Serviço para a Formação de Quadros de Comando e Especialistas, tanto para as Escalas de Complemento como para a Reserva Naval), a de 1989<sup>10</sup> (Serviço de Formação de Quadros de Comando, SEFOCUMA) e a de 1999<sup>11</sup> (Militares de Complemento).

Como nota de interesse, devemos acrescentar que esta modalidade de Complemento não se limitava aos oficiais, existindo também uma escala para suboficiais.

## 2.2. OS OFICIAIS PROVISÓRIOS

Como já antecipámos, o Decreto n.º 94 criou esta Escala de Oficiais Provisórios. As autoridades militares rapidamente se aperceberam da necessidade de manter os seus quadros de comando com a maior cobertura possível; tal foi o caso que o decreto foi assinado já a 4 de setembro, partindo do princípio de que, antes da sua publicação, teriam sido realizados os estudos necessários, avaliadas as opções e apresentada a proposta correspondente.

De qualquer forma, as circunstâncias desta escala foram-se alterando com o tempo. Se, em setembro de 1936, apenas se previa que se tornassem oficiais os suboficiais, as classes e os soldados *«presentes nas fileiras»*, com o passar do tempo e a perda de pessoal em combate, foi necessário alargar a oferta a outras origens, desde membros das milícias de organizações como os requetés ou os falangistas, até simples civis.

Parece oportuno salientar que a integração de pessoal com cargo inferior nas respetivas escalas provisórias (tal como acontecia com o «Complemento», também aqui

<sup>5</sup> O de 23 de outubro de 1936 (BOE n.º 14, de 28/10/1936).

<sup>6</sup> L de 8 de agosto de 1940, *que altera a legislação em vigor sobre o recrutamento* (BOE n.º 235, de 22/08/1940). As disposições específicas relativas à Milícia Universitária, ligada à Escala de Complemento e à Falange Espanhola, encontram-se no Decreto de 22 de fevereiro de 1941, relativo à *Organização da Milícia Universitária* (BOE n.º 64, de 05/03/1941).

<sup>7</sup> Lei n.º 55/1968, de 27 de julho, *Geral do Serviço Militar* (BOE n.º 181, de 29/07/1968).

<sup>8</sup> D 3048/1971, de 2 de dezembro, *sobre as Escalas de Complemento das Forças Armadas* (BOE n.º 304, de 21/12/1971).

<sup>9</sup> Lei n.º 19/1984, de 8 de junho, *relativa ao Serviço Militar*. (BOE n.º 140, de 12/06/1984).

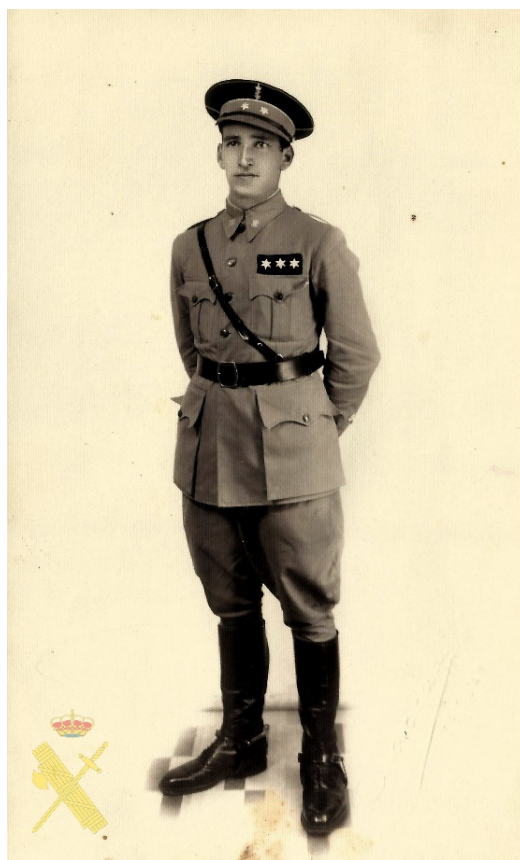
<sup>10</sup> L 17/1989, de 19 de julho, *que regula o regime do pessoal militar profissional* (BOE n.º 172, de 20/07/1989).

<sup>11</sup> Lei n.º 17/1999, de 18 de maio, *relativa ao Regime do Pessoal das Forças Armadas* (BOE n.º 119, de 19/05/1999).

existia uma de «Sargentos Provisórios») não deve ser confundida com a figura da «*a habilitação*». Esta consistia em atribuir as funções e o exercício do comando num nível superior ao que se detinha, mas sem que isso conferisse o direito, por exemplo, a receber os emolumentos do cargo ocupado; em contrapartida, na Escala Provisória, «*Durante o tempo em que desempenharem este cargo de Alférez, auferirão o salário correspondente a esse cargo*».

### Figura 1

*A habilitação de oficiais para cargos superiores ocorreu em ambos os bandos durante a Guerra Civil. Neste caso, o tenente da Guardia Civil Juan Aranguren da Ponte, filho do General Aranguren, ostenta as estrelas do seu cargo efetivo no chapéu, mas a fita no peito identifica-o como capitão habilitado. (CFHGC Signatura 02 - MDGGC - 414). (1936)*



Por parte do governo republicano, que reagiu muito mais tarde, também foram criados oficiais provisórios, para além dos oficiais de campanha, dos auxiliares ou dos das milícias populares.

### 3. A TRANSFORMAÇÃO

A condição provisória desses oficiais em plena guerra sempre tinha ficado suficientemente clara desde o primeiro momento, com frases como «*as medidas propostas têm apenas uma validade provisória*» ou «*quando o Governo Nacional o considerar oportuno, os Chefes e Oficiais assim promovidos cessarão no desempenho das suas funções, reintegrando-se no cargo que ocupam a título definitivo*».

Terminada a guerra, mantiveram-se esses oficiais provisórios que, em não poucos casos, tinham alcançado o posto de capitão, enquanto se reorganizava a situação, se estabilizavam os quadros e se assegurava o normal desenvolvimento das atividades do Exército.

Em setembro de 1940<sup>12</sup>, foi restabelecida a Academia Geral Militar (AGM), mas, logicamente, e embora a duração da formação das duas primeiras turmas tivesse sido reduzida, era evidente que ainda demoraria vários anos até que os primeiros tenentes saíssem da Academia. Desde o fim da guerra, tinham vindo a ser adotadas diferentes medidas, como, por exemplo, a reorganização do Exército<sup>13</sup>, a reintegração de pessoal militar, a reordenação da Escala Complementar, etc.<sup>14</sup>. Como mais uma das decisões para recuperar o ritmo da rotina militar, acrescentou-se a de transferir oficiais provisórios ou da Escala Complementar para a Escala Ativa (também denominados oficiais efetivos).

No entanto, mesmo antes da reorganização do Exército, já se tinha abordado o futuro dos oficiais que, ao longo do conflito, tinham vindo a engrossar essas escalas. Já em junho de 1939, dada a necessidade de ir preenchendo os quadros de comando, especialmente nos cargos inferiores, propõe-se «*por lei de necessidade urgente*» que o primeiro preenchimento seja feito com os<sup>15</sup>. Num novo decreto<sup>16</sup>, será determinado o cargo a que terão acesso os novos oficiais que, em pouco tempo, ficarão conhecidos como «transformados», de acordo com a própria denominação oficial<sup>17</sup>.

Era óbvio que a medida constituía apenas uma solução temporária para ir preenchendo o período até que os primeiros oficiais da General comesçassem a prestar serviço, e não porque, como vimos, houvesse uma vontade firme de que o procedimento não se perpetuasse, mas porque havia necessidade de regulamentar constantemente para ir ultrapassando obstáculos, ou estabelecer a ordenação oportuna da Escala a extinguir e a sua conversão em oficiais efetivos. Assim, os requisitos académicos ou o regime de promoções irão variar. Enquanto que, na primeira e na segunda turmas, os alunos concluíam a formação como tenentes e não ficavam condicionados para o futuro, as autoridades militares, convencidas de que continuava a ser necessário alargar a oferta, viram-se obrigadas a baixar o nível de exigência, embora condicionando a futura carreira militar<sup>18</sup>. Assim, veremos que, nas convocatórias da 3.<sup>a</sup> a 5.<sup>a</sup>, mesmo mantendo o mesmo

<sup>12</sup> Lei de 27 de setembro de 1940 (BOE n.º 286, de 12/10/1940).

<sup>13</sup> Lei de 22 de setembro de 1939 (BOE n.º 1, de 01/10/1939).

<sup>14</sup> As duas últimas como D de 22 de setembro de 1939 (BOE n.º 1, de 01/10/1939).

<sup>15</sup> D de 4 de junho de 1939, *determinando que as vagas que, em consequência do reajustamento dos quadros de pessoal inerente à reorganização do Exército, surjam na classe dos Oficiais Subalternos, sejam preenchidas pelo pessoal da Escala de Oficiais Provisórios e de Complemento e regulamentando a forma e as condições da sua admissão* (BOE n.º 156, de 5 de junho de 1939), com aplicação na Ordem de 9 de agosto de 1939, para execução do Decreto de 4 de junho último (BOE n.º 156) relativo à transformação de oficiais provisórios e de complemento em profissionais. (BOE n.º 225, de 13 de agosto de 1939).

<sup>16</sup> Ordem de 2 de setembro de 1939, estabelecendo normas para a integração na escala ativa do Exército dos Capitães, Tenentes e Alféreces provisórios e de Complemento, bem como dos Cadetes das Academias Militares (BOE n.º 1, de 01/10/1939).

<sup>17</sup> «... a primeira e a segunda convocatórias das Academias de Transformação formarão uma única turma, que será designada como a primeira turma de oficiais transformados». O de 28 de março de 1944 (DOME n.º 75, de 30/03/1944).

<sup>18</sup> Por exemplo, é concedida a isenção da exigência de possuir o diploma do ensino secundário aos candidatos provenientes de brigadas ou sargentos efetivos. Todos os membros da nova turma serão formados como alferes e só alcançarão o posto de tenente após terem completado vinte e quatro inspeções. O de 5 de novembro de 1942 (DOME n.º 250, de 06/11/1942). Aliás, ao comparar a data desta Ordem, que convoca a 3.<sup>a</sup> Promoção, poderia interpretar-se que existe um erro de data, uma vez que a Nota 13 se refere

tempo de formação das anteriores, os seus participantes irão ingressar na vida profissional como alferes, mas já não terão mais restrições no futuro. Chama a atenção o facto de, nas duas convocatórias seguintes, também se contarem muitos candidatos que não preenchem os requisitos exigidos nas anteriores. Estas duas últimas convocatórias, que receberão formação na Academia de Villaverde, concluirão o curso com apenas oito meses de formação, mas, para poderem ser promovidos a capitão, terão de completar outro período académico de um ano.

Ao que parece, não se dedicou muito tempo, na tomada dessa decisão, a calcular as vagas que realmente poderiam vir a ser preenchidas, pois, aparentemente, as autoridades confiavam em que não haveria necessidade de contar com muitos deles e que isso afetaria apenas «*os indispensáveis para os converter em profissionais*». A realidade é que mais de 15 000 oficiais de Complemento e Provisórios passaram a ser efetivos após a sua passagem pelas diferentes Academias de Transformação<sup>19</sup>. O processo unificava todos os cadetes<sup>20</sup>, no sentido de lhes proporcionar uma formação militar profissional e homogénea, independentemente da sua função e proveniência, ao mesmo tempo que a transformação ia além da simples confirmação como oficiais efetivos, pois, para muitos, implicava a mudança de arma ou corpo, como se pode ver na Tabela 1.

**Tabela 1**

*Origens e possíveis integrações finais dos oficiais provisórios e de complemento. (Elaboração própria)*

<b>CARGO INICIAL</b>	<b>NOME E APELIDOS</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>INGRESSO NO</b>
Capitão Provisório	Enrique Rodríguez Ajuria	Infantaria	Engenheiros
Tenente Provisório	Juan José Cavero Salve	Cavalaria	Infantaria
Alferes Provisório	Alfonso Bernal Garrido	Infantaria	Engenheiros
Capitão de Reserva	Felipe Machado del Hoyo	Infantaria	Artilharia
Tenente de Reserva	Roberto Escribano Ortega	Jurídico	Cavalaria
Alferes de Reserva	Nicanor Álvarez Rodríguez	Infantaria	Artilharia

Entre os oficiais que irão ingressar nas Academias de Transformação, encontraremos também alguns que comprovam a sua origem na Falange Espanhola Tradicionalista e nas Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FET e JONS). Trata-se de uma questão bastante peculiar e que gera muita confusão, pelo que exigiria um estudo mais aprofundado. Por exemplo, com essa denominação surgem oficiais que já o tinham sido anteriormente e que, no início da Guerra Civil, se encontravam em situações diferentes (aposentados, afastados do serviço, etc.<sup>21</sup>), mas também encontramos civis aos quais, ao integrarem-se nas Milícias desta organização, independentemente da formação que tivessem recebido, eram reconhecidos os diferentes cargos de oficial (chegamos

à 1.ª e à 2.ª Promoções e, no entanto, foi promulgada dois anos mais tarde. Não só não há erro, como isso permite-nos reafirmar o comentário sobre a necessidade contínua de regulamentar e reorganizar a Escala: ao longo dos anos, foi necessário redefinir decretos e ordens anteriores para tornar compreensíveis, ou para que fossem exequíveis, as novas disposições que iam surgindo.

<sup>19</sup> Para além das já referidas para as Forças Terrestres, a Marinha terá a sua na Escola Naval de San Fernando e a Força Aérea contará com a Academia de Transformação de León.

<sup>20</sup> A designação dos formandos enquanto estavam nas Academias era a de «Caballeros Oficiales Cadetes». Ou de 05/11/1942, que acabámos de ver.

<sup>21</sup> É o caso do tenente reformado da Guarda Civil Manuel Rodríguez García, cuja nomeação como oficial das Milícias das FET das JONS é confirmada, de acordo com o O de 12 de setembro de 1938 (BOE n.º 82, de 20/09/1938).

mesmo a encontrar capitães de Milícias). Uma vez consolidados esses cargos e, claro, superados os exames de admissão, foram admitidos nas Academias de Transformação.

Nessa situação, após a publicação dos planos de estudos e a nomeação dos diretores de cada Academia, o processo teve início com a admissão dos primeiros candidatos<sup>22</sup>. Os exames de conhecimentos compreendiam duas categorias, comuns a todas as armas; a primeira, de letras, incluía Gramática, Geografia de Espanha, História Universal e História de Espanha; a segunda, de ciências, abrangia Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Física e Química. Os que foram aprovados<sup>23</sup> integraram-se nas respectivas Academias: Artilharia, em Segóvia; Engenharia, em Burgos; Intendência, em Ávila; Cavalaria, em Valladolid; e, no que diz respeito à Infantaria, dado que o número de alunos excederia a capacidade da Academia de Saragoça, sobretudo tendo em conta que já se estava a trabalhar na reabertura da Academia Geral Militar e que seria necessário deixar espaço para a I Promoção da Terceira Época, foi também criada uma nova Academia em Guadalajara<sup>24</sup>.

Os planos de formação previam a permanência na Academia durante 18 meses, com exceção dos cadetes que já tivessem frequentado as Escolas Especiais antes do início da Guerra: aqueles que tivessem concluído, pelo menos, um curso, formariam-se após seis meses em Saragoça ou em Guadalajara.

Em julho de 1941, a I Promoção de Transformação receberia as suas nomeações e, a partir desse momento, suceder-se-iam as turmas até que, em 1948, deixassem de ser publicados novos editais, uma vez que já tinham sido nomeados os primeiros tenentes da AGM e as salas de aula estavam preenchidas pelos membros das promoções seguintes.

---

<sup>22</sup> Ordem de 2 de janeiro de 1940 (*DOME* n.º 2, de 4 de janeiro de 1940).

<sup>23</sup> Em sentido estrito, nessa primeira promoção não se realizaram exames, mas sim uma seleção entre os candidatos, com base na qualificação prévia, nos méritos reconhecidos durante o conflito e na antiguidade nos diferentes cargos: insistimos, «entre os diferentes cargos», ou seja, não constituía uma prioridade ocupar o cargo mais elevado.

<sup>24</sup> Ou de 14 de novembro de 1939 (*DOME* n.º 40, de 18/11/1939).

### Figura 2

*Colégio das Adoradoras de Guadalajara. Entre 1940 e 1948, transformou-se na Academia de Transformação e de Infantaria. (Fundo Fotográfico «Tomás Camarillo». Centro de Fotografía e Imagem Histórica de Guadalajara. Câmara Provincial. Registo CAM-1502). (c. 1930)*



Nesse intervalo, a tônica geral será a ausência de uma tônica geral. Como vimos, as duas primeiras turmas incorporaram-se à vida ativa como tenentes, enquanto as seguintes o farão como alferes; no caso concreto da 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> convocatórias, deverão completar a sua formação para serem promovidos a capitão.

#### 4. INGRESSO NA GUARDIA CIVIL

Ao longo da história da Guardia Civil, até à criação da Academia Especial (na sua segunda fase<sup>25</sup>), a falta de cobertura do quadro de oficiais foi uma constante. As numerosas tentativas para resolver o problema, apesar de proporem fórmulas diferentes, apenas conseguiram melhorar a situação em contadas ocasiões. Embora este não seja o local para entrar em maiores pormenores, podemos apontar como uma das causas que, pelo menos em grande medida, a lentidão com que se sucediam as promoções no Corpo desmotivava os jovens oficiais do Exército e, devido a esse mesmo processo lento, os próprios oficiais, provenientes da tropa, apenas acediam a cargos subalternos e em idades avançadas.

---

<sup>25</sup> Embora com uma estrutura e um recrutamento diferentes, existiu uma Academia Especial da Guardia Civil no primeiro terço do século XX. Criada por lei em 1907, só entrou em funcionamento em 1927, tendo cessado a sua atividade em maio de 1932, na sequência do pedido apresentado pelo Diretor-Geral ao ministro da Guerra, Manuel Azaña: os problemas insuperáveis de organização levaram a essa medida tão drástica.

Como mais uma das tentativas para melhorar o nível de preenchimento do quadro de pessoal, em 1944 foi promulgada uma nova Lei<sup>26</sup>, cujo resultado foi incerto, embora, em grande medida, tenha de facto aliviado a situação.

O preâmbulo não podia ser mais esclarecedor, começando com um reconhecimento contundente do fracasso que as tentativas anteriores tinham representado:

*«Desde a publicação da Lei de 15 de março de 1940, que organiza o novo Corpo da Guardia Civil, são muitas as vagas que não puderam ser preenchidas, apesar dos repetidos anúncios.»*

Também se tornava evidente onde residia, naquele momento, o maior problema. A integração dos Carabineiros tinha levado à criação dos Terços de Fronteira, com a intenção lógica de manter o serviço destes, mas acrescentando agora a necessidade de vedar a fronteira contra a entrada de republicanos exilados que, juntamente com os grupos no interior do território, passaram a ser chamados de maquis. Possivelmente, esses serviços seriam os mais ingratos e os menos desejados. Assim, a nova lei estipulava que, para essas unidades, *«os seus chefes e capitães, nos quais devem predominar as qualificações de soldado especializado no comando de tropas de montanha, fossem da Infantaria»*.

Assim sendo, o artigo primeiro não podia ter outra redação que não a seguinte:

*«A escala de subalternos do Corpo da Guardia Civil será alimentada por oficiais provenientes da escala de suboficiais do Corpo e por aqueles que, pertencendo às Armas de Infantaria e Cavalaria do Exército, e provenientes das Academias de Transformação e das respetivas Academias das suas Armas, desejem voluntariamente passar para aquele, no qual serão alistados, sendo dada baixa nas suas Armas de origem.»*

Embora se mantivesse a tradicional oferta dirigida aos oficiais das armas, no que diz respeito aos formados nas Academias Especiais, a verdade é que as convocatórias seguintes contarão apenas com *oficiais transformados*<sup>27</sup>. O certo é que essa referência às «Academias Especiais» é uma porta aberta para o futuro, uma vez que, no momento da promulgação da Lei, não existem subalternos provenientes dessas instituições, e não os haverá até que a I Promoção da AGM conclua a sua formação.

#### 4.1. PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

A primeira dessas convocatórias será publicada no mês seguinte<sup>28</sup>, oferecendo 25 vagas e com uma única restrição: só poderiam candidatar-se os nascidos após 1915. Pode afirmar-se que foi um sucesso retumbante, pois todas as vagas foram preenchidas<sup>29</sup> e alguns dos candidatos tiveram de esperar pela convocatória seguinte. De qualquer forma,

<sup>26</sup> Portaria de 25 de novembro de 1944, *pela qual são estabelecidas normas para preencher as vagas de oficiais no Corpo da Guardia Civil*. (BOE n.º 332, de 27/11/1944).

<sup>27</sup> Embora se possa interpretar que o termo subvaloriza esses primeiros-tenentes, a verdade é que era a denominação oficial. A O de 28 de março de 1944 (DOME n.º 75, de 30/03/1944) refere, no seu artigo 1.º: *«... uma única promoção, que se denominará a Primeira dos Oficiais Transformados»*.

<sup>28</sup> Ordem de 30 de dezembro de 1944 (DOME n.º 1, de 01/01/1945).

<sup>29</sup> Portaria de 28 de março de 1945 (DOME n.º 74, de 03/04/1945).

um dos selecionados inicialmente não chegou a concluir a integração; na verdade, nem sequer apareceu na lista de classificação.

**Tabela 2**

*Membros da Primeira Convocatória para ingresso na Guardia Civil, provenientes das Academias de Transformação. (Elaboração própria)*

<b>ADMITIDO</b>	<b>NOME E APELIDOS</b>	<b>CARGO ALCANÇADO</b>
01/04/1945	Salvador Bujanda González	General de Divisão
01/04/1945	Francisco García Laclaustra	General de Divisão
01/04/1945	Miguel Luengo Tejero	General de Brigada
01/04/1945	Manuel Vicente Hernández	General de Brigada
01/04/1945	Guillermo Gutiérrez García	General de Brigada
01/04/1945	Manuel Prieto López	General de Brigada
01/04/1945	Juan Atarés Peña	General de Brigada
01/04/1945	Aurelio Herrero Miguel	General de Brigada
01/04/1945	Antonio Hermsilla Bernardín	General de Divisão
01/04/1945	Rafael Girón Lozano	General de Brigada
01/04/1945	Diego Daza Ramírez	General de Brigada
01/04/1945	Rafael Serrano Valls	General de Brigada
01/04/1945	José Sánchez Alcaide	Coronel
01/04/1945	Miguel Martínez Bajatierra	Coronel
	Enrique Eady García Hidalgo	Não integrado
01/04/1945	Julio Olarte Galarreta	Coronel
01/04/1945	Enrique Nieto Tejedor	Coronel
01/04/1945	Luis Rodríguez-Varo Guzmán	Coronel
01/04/1945	Heliodoro Jiménez Sánchez	Coronel
01/04/1945	José María Elena González	Aposentado em 1959 (Capitão)
01/04/1945	Manuel González López	Coronel
01/04/1945	Juan Antonio Castaño Calvo	Coronel
01/04/1945	Julián Moreno Gómez	Coronel
01/04/1945	Cesáreo Muñoz Paniagua	Coronel
01/04/1945	Clemente Antuña Claros	Coronel

Entre os membros daquela primeira leva de oficiais transferidos que ingressaram na Guardia Civil, encontram-se nomes ilustres, como os que ocuparam o cargo de subdiretores-gerais entre 1974 e 1983.

Salvador Bujanda González, promovido a General de Brigada a 12 de setembro de 1969, ocupou os cargos de Chefe das Zonas 2.<sup>a</sup> de Sevilha, 6.<sup>a</sup> de Leão e 4.<sup>a</sup> de Barcelona e, já como General de Divisão, exerceu as funções de Subdiretor-Geral do Corpo entre 25 de janeiro de 1974 e 26 de julho de 1979.

Sucedeu-lhe Francisco García Laclaustra, de 30 de julho de 1979 a 9 de setembro de 1981. Durante o seu mandato como General de Brigada, promoção que recebeu a 9 de outubro de 1969, comandou a 5.<sup>a</sup> Zona de Saragoça e ocupou o cargo de Inspetor de Ensino do Corpo.

**Figura 3**

*Visita do tenente-general José Miguel Vega Rodríguez, Diretor-Geral da Guardia Civil, ao Centro de Instrução. À sua esquerda, o general de divisão Salvador Bujanda González, subdiretor do Corpo, e, à sua direita, ligeiramente mais atrás, o general de brigada Francisco García Laclaustra, então inspetor de ensino e que, algum tempo depois, sucederia a Bujanda na subdireção. Ambos ocupavam os dois primeiros lugares na hierarquia dos oficiais transferidos e integrados na Guardia Civil. (CFHGC, Referência 05 - GCROC - 32344). (1974)*



A completar o trio estava Antonio Hermosilla Bernardín, general de brigada desde 6 de junho de 1975, a quem foi atribuído o comando da Direção de Material e Manutenção, até 3 de dezembro desse ano, data em que passou a comandar a 3.<sup>a</sup> Zona de Valência, da qual, após um período à frente da 5.<sup>a</sup>, voltou a assumir o comando. Promovido a general de divisão a 2 de outubro de 1981, substituiu Laclaustra até 8 de agosto de 1983, data em que passou para o grupo de «Destino de Arma ou Corpo».

Aquela primeira turma de oficiais transformados ocupou, durante uma década (1974-1984), os cargos mais altos da hierarquia do Corpo. Um total de 12 dos seus membros, ou seja, 50 por 100 — se tivermos em conta que um dos 25 não concluiu a integração —, alcançaram o posto de general.

Mas aquela década não foi uma década qualquer. Nesse período, a Espanha mudou e protagonizou uma fase que tem servido de referência para muitos outros países: a Transição. Enfrentar essas mudanças não foi fácil... ou talvez tenha sido: não podemos esquecer que aqueles oficiais tinham protagonizado, no início das suas carreiras, um processo peculiar, o processo de transformação; de certa forma, adaptar-se a novas

fórmulas fazia parte do seu ADN. Durante o seu mandato, fizeram com que a Guardia Civil também fizesse parte dessa Transição.

No entanto, não foram tempos fáceis. O flagelo da ETA esteve muito presente e em ascensão durante aqueles anos, especialmente no início dos anos 80. Tiveram de assistir a inúmeros funerais e, ao mesmo tempo que consolavam as famílias dos guardas assassinados, tinham de manter a compostura e evitar reações que, embora compreensíveis, não teriam ajudado em nada a combater o grupo terrorista.

O papel de destaque daqueles primeiros guardas na luta contra a ETA ficou mesmo associado ao nome de Juan Atarés Peña, o único general do Corpo assassinado pelo comando «Nafarroa», a 23 de dezembro de 1985, quando passeava num parque próximo da sua casa, em Pamplona.

Infelizmente, embora já fosse difícil suportar o flagelo do grupo etarrista, este não era o único que recorria ao terrorismo como meio para atacar a estrutura do Estado. Em 1973, surgiu o FRAP, que se manteve ativo até 1978. O GRAPO surgiu em 1975, levando a cabo atentados especialmente significativos durante esses anos; embora a sua atividade tenha diminuído, continuou até 2006. Embora já há anos defendesse as suas posições, em 1976 o MPAIAC juntou-se a esta lista de grupos criminosos, ao levar a cabo o seu primeiro atentado contra o centro comercial Galerías Preciados, em Las Palmas; em 1979, renunciaram ao uso das armas. E, antes de encerrar esta secção, temos ainda de incluir mais um grupo terrorista que surgiu, igualmente, neste período; o TERRA LLIURE iniciou a sua atividade em 1978 e manteve-a até 1990. Em suma, para além da ETA, a Guardia Civil daquela época teve de enfrentar, simultaneamente, mais quatro organizações terroristas.

#### 4.2. SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Nesta ocasião, embora a oferta não tenha sido preenchida na totalidade, foram preenchidas 23<sup>30</sup> das 25 vagas anunciadas<sup>31</sup>, nas quais o limite de idade estava fixado em 1916. Como era habitual, os que ingressavam no Corpo tinham de frequentar um curso de formação de três meses e realizar estágios durante outros quatro, dois na costa e dois em serviços rurais.

---

<sup>30</sup> Portaria de 16 de julho de 1945 (*DOME* n.º 160, de 20/07/1945).

<sup>31</sup> Portaria de 15 de setembro de 1945 (*DOME* n.º 208, de 16/09/1945).

**Tabela 3**

*Componentes da Segunda Convocatória para ingresso na Guardia Civil, provenientes das Academias de Transformação. (Elaboração própria)*

<b>INGRESSOU</b>	<b>NOME E APELIDOS</b>	<b>CARGO ALCANÇADO</b>
01/10/1945	Pedro Martos Carricondo	Assinado: AS 1947. (Tenente)
01/10/1945	Francisco Morales Rodríguez	Assinado AS 1947. (Tenente)
01/10/1945	Ángel Ruiz Ayucar	Coronel
01/10/1945	Jaime Gullón Campoamor	Demissão em 1946 (Tenente)
01/10/1945	Francisco J. Díez-Ticio Embarba	Coronel
01/10/1945	Ángel Pérez Macías	Coronel
01/10/1945	Guillermo Caldera del Pino	Coronel
01/10/1945	Francisco Alcalá Ramos	Coronel
01/10/1945	José Galán Patau	Coronel
01/10/1945	Antonio Laso Arroyo	Coronel
01/10/1945	José Aguilar Jiménez	Coronel (2.º Grupo)
01/10/1945	Mauro Alonso de Armiño Díez	General de Brigada
01/10/1945	Antonio Álvarez Castillo	Aposentado em 1964 (Tenente-Coronel)
01/10/1945	Eduardo Haro Vázquez	Coronel
01/10/1945	Francisco Jiménez Sánchez	Coronel
01/10/1945	Francisco Parra Marín	Coronel
01/10/1945	Francisco Fernández Herrero	Coronel
01/10/1945	Sergio Gallego Ronquillo	Coronel
01/10/1945	José Cruz Aldea	Coronel
01/10/1945	Francisco Jiménez Reina	Coronel
01/10/1945	Baldomero Domínguez Bueno	Coronel
01/10/1945	Florencio Pérez Pérez	Coronel
01/10/1945	Julio Valcárcel de las Casas	Não integrado

Infelizmente, esta turma teve logo a ocasião de registrar as primeiras baixas no cumprimento do dever. Numa cruel ironia do destino, o número 1 e o número 2, com apenas um mês e alguns dias de diferença e em províncias vizinhas, perderam a vida em confrontos contra os *maquis*, protagonizando ações praticamente idênticas uma à outra. Se, a 24 de junho de 1947, Pedro Martos perdeu a vida em Almería, a 30 de julho Francisco Morales faleceu em Granada.

A 22 de junho de 1947, num posto de controlo na estrada de Almería para Níjar, ocorreu um tiroteio no qual um guarda perdeu a vida e, horas depois, um cabo viria a falecer em consequência dos ferimentos. Já no dia 23, após ter sido estabelecido um serviço na capital para deter aqueles que tinham conseguido fugir, voltou a ocorrer uma troca de tiros entre os membros do grupo de «El Cuco» e os guardas civis sob o comando do tenente Martos. No confronto, este ficou ferido e, após ter sido transportado para o hospital, faleceu no dia seguinte.

**Figura 4**

*Sexta Secção da II Promoção de Transformação na Academia de Guadalajara. Na segunda fila, o quarto a partir da esquerda é Pedro Martos Carricondo, o primeiro a falecer no cumprimento do dever entre os Oficiais de Transformação que ingressaram na Guardia Civil. (Fonte: Museu do Exército / Biblioteca Virtual da Defesa. N.º de inventário: MUE-120459). (1942-43)*



A 30 de julho, após ter recebido a informação de que um grupo de *maquis* poderia estar escondido no Cortijo Maldonado, perto de Motril, o tenente Morales liderou uma operação para tentar deter os fugitivos. Ao tentar aceder à habitação, foi alvejado, repelindo o ataque e matando o seu agressor. Transportado para Motril e, posteriormente, para o hospital militar de Granada, viria a falecer horas depois.

**Figura 5**

*Segunda Secção da II Promoção de Transformação na Academia de Guadalajara. Francisco Morales Rodríguez (sentado, 3.º a partir da esquerda) seria o segundo dos oficiais mortos no cumprimento do dever. (Fonte: Museu do Exército / Biblioteca Virtual da Defesa. N.º de inventário: MUE-120459). (1942-43)*



O número 3 da turma, Ángel Ruiz Ayúcar, que alcançou o posto de coronel, foi o 6.º Diretor da Academia Especial, quando esta ainda se situava no edifício da Direção-Geral. Ruiz Ayúcar é um daqueles oficiais cuja Ficha de Serviço apresenta uma curiosidade: foi promovido a General de Brigada honorário... por duas vezes!<sup>32</sup>, situação que se repete no caso de Francisco Alcalá Ramos. E continuando com o tema dos generais, tendo a primeira turma preenchido quase todas as vagas de general, esta só conseguiu incluir um dos seus no topo da hierarquia: Mauro Alonso de Armiño Díez. Depois de ter sido promovido a General de Brigada a 1 de março de 1980, foi-lhe atribuída, a 21 do mesmo mês, a Inspeção do Ensino, tendo cessado funções a 15 de junho de 1982, por passagem para o grupo de «Destino de Arma ou Corpo», ao atingir a idade regulamentar.

Por outro lado, vemos que na coluna do cargo alcançado aparece José Aguilar Jiménez com a anotação «Coronel (2.º Grupo)». Isto deve-se ao facto de a promoção a esse cargo ter ocorrido quando já se encontrava no 2.º Grupo, para o qual passava ao atingir a idade regulamentar. Continuaremos a observar este mesmo formato noutros oficiais.

<sup>32</sup> A primeira pelo Decreto-Lei n.º 1196/1987, de 21 de setembro (BOE n.º 237, de 03/10/1987) e a segunda pelo Decreto-Lei n.º 1459/1988, de 25 de novembro (BOE n.º 293, de 07/12/1988).

Por fim, dedicaremos algumas linhas a Julio Valcárcel de las Casas, cujo currículo é especialmente singular. Se nos fixarmos em alguns detalhes da tabela, veremos que, e , foi efetivamente selecionado para ingressar na Guardia Civil, embora o processo não tenha sido concluído. Embora na convocatória anterior a não integração de Eady García-Hidalgo se tenha devido a uma decisão pessoal, neste caso a desistência ocorreu ao verificar-se que, naquele momento, ele ainda não era tenente efetivo; e ainda demoraria a sê-lo, pois, até março de 1947<sup>33</sup> , após completar os 18 meses exigidos como alferes, a sua promoção só seria publicada. Acabaria por ingressar no Corpo da Polícia Armada e de Trânsito.

#### 4.3. TERCEIRA CONVOCAÇÃO

Se acima tínhamos referido que o resultado desta nova fórmula de preenchimento de vagas com oficiais reconvertidos seria incerto, poderíamos pôr em causa essa abordagem à luz dos resultados da 1.ª e da 2.ª convocatórias. No entanto, nesta 3.ª convocatória, os fantasmas do passado voltarão a surgir e, mais uma vez, os problemas de recrutamento tornar-se-ão evidentes.

Encorajada pelo sucesso das convocatórias anteriores e pressionada pelas vagas que iam surgindo sem que a promoção interna as conseguisse preencher, a Direção-Geral publicou a terceira convocatória, oferecendo cinquenta vagas<sup>34</sup> , cujo limite máximo de ano de nascimento foi, logicamente, alargado até 1917. Desde o início que se intuiu que as vagas não seriam preenchidas. A tal ponto que chegou mesmo a ser publicada uma ampliação do concurso<sup>35</sup> para que aqueles que ainda se encontravam na Academia, tendo em conta a sua saída iminente, pudessem candidatar-se. Na ordem de admissão, apareceram, mais uma vez, apenas 23<sup>36</sup> . No entanto, foi possível aumentar ligeiramente esse número, graças às concessões feitas para que mais dois candidatos fossem incluídos na lista final: José del Amo Sociats<sup>37</sup> e Julio Ortega de Miguel<sup>38</sup> . De qualquer forma, o resultado final foi pior do que o número inicial, uma vez que três dos primeiros publicados desistiram antes de concluir o processo de integração na Guardia Civil; na verdade, nem sequer chegaram a constar na lista correspondente.

---

<sup>33</sup> Ou de 27 de fevereiro de 1947 (*DOME* n.º 51, de 02/03/1947).

<sup>34</sup> Ou de 6 de julho de 1946 (*DOME* n.º 154, de 09/07/1946).

<sup>35</sup> Ou de 20 de julho de 1946 (*DOME* n.º 165, de 23/07/1946).

<sup>36</sup> Portaria de 5 de setembro de 1946 (*BOE* n.º 252, de 09/09/1946).

<sup>37</sup> Portaria de 1 de outubro de 1946 (*BOE* n.º 284, de 11/10/1946).

<sup>38</sup> Ou de 20 de setembro de 1946 (*BOE* n.º 266, de 23/09/1946).

**Tabela 4**

*Integrantes da Terceira Convocatória para ingresso na Guardia Civil, provenientes das Academias de Transformação. (Elaboração própria)*

<b>ADMITIDOS</b>	<b>NOME E APELIDOS</b>	<b>CARGO ALCANÇADO</b>
01/10/1946	José del Amo Sociats	Coronel
01/10/1946	Juan Alcoba Muñoz	Coronel (2.º Grupo)
01/10/1946	Francisco Romero Solano	Aposentado em 1971 (Comandante)
01/10/1946	Félix Fuertes Veiga	Coronel
01/10/1946	Ángel García Suárez	Coronel
01/10/1946	Antonio Glaria Iguacen	Coronel
01/10/1946	Manuel Cavero Agorreta	Coronel
01/10/1946	Mariano de Santos González	Coronel
01/10/1946	Antonio Gómez Nieves	Coronel
01/10/1946	Juan Torres Rodríguez	Aposentado em 1951 (Tenente)
01/10/1946	Julio Ortega de Miguel	Coronel
01/10/1946	Isabelino Cáceres Ruiz	General de Brigada
01/10/1946	Justo García Gamarra	Coronel
01/10/1946	Juan Antonio Fajardo Quero	General de Brigada
01/10/1946	Manuel Pérez Ortiz	Coronel (2.º Grupo)
01/10/1946	Fernando Bouso Martín-Urda	Coronel
	José Cid Rodríguez	Não integrado
01/10/1946	José Sánchez Ocaña	Coronel (2.º Grupo)
01/10/1946	Camilo Pajuelo Arteaga	General de Brigada
01/10/1946	Basilio Gómez Sanz	Aposentado em 1950 (Tenente)
	Vicente Romero Bernardo	Não integrado
01/10/1946	Alfredo Toledo Gete	Coronel
01/10/1946	César Pérez Blasco	Coronel
	Federico Carbonero Alonso	Não integrado
01/10/1946	Enrique Tomé Marín	Saída em 1967 (Capitão)

Infelizmente, voltamos a ver a nota desanimadora «Não concluiu a integração»: as dúvidas sobre seguir carreira na Guardia Civil continuavam a pesar, e muito.

A quota de generais desta turma foi preenchida por Isabelino Cáceres Ruiz, Juan Antonio Fajardo Quero e Camilo Pajuelo Arteaga. O primeiro, nos dois anos e meio em que exerceu funções como General de Brigada, entre 1 de março de 1980 e 1 de março de 1982, assumiu o comando de três Zonas: a 4.ª de Barcelona, de 21 de março a 22 de dezembro de 1980; a 5.ª de Logroño até 6 de julho de 1981; e, novamente, a 4.ª até à sua cessação de funções na ativa. Como curiosidade, podemos acrescentar que, enquanto alferes provisório, esteve destacado no Corpo da Polícia Armada e de Trânsito<sup>39</sup>.

Fajardo Quero manteve-se como general no ativo entre 19 de maio de 1980 e 9 de julho de 1982, ocupando o cargo de Chefe de Material e Manutenção. Pajuelo Arteaga,

<sup>39</sup> Ou de 26 de março de 1941 (BOE n.º 87, de 28/03/1941).

promovido a 4 de dezembro de 1980, foi Chefe da 4.<sup>a</sup> Zona de Barcelona entre o dia 22 desse mês e 6 de julho de 1981, passando depois para a 2.<sup>a</sup> Zona de Sevilla. A 3 de agosto do ano seguinte, passou para o grupo de «Destino de Arma ou Corpo».

#### 4.4. QUARTA CONVOCAÇÃO

Após a desilusão sofrida na convocatória anterior, a oferta publicada em março de 1947 não incluía o número de vagas, limitando-se a anunciar «*concurso para preencher vagas de tenentes do Corpo da Guardia Civil*»<sup>40</sup>. E a precaução não foi em vão, uma vez que, quando chegou o momento de publicar os selecionados, apenas onze foram incluídos na lista<sup>41</sup>.

**Tabela 5**

*Integrantes da Quarta Convocatória para ingresso na Guardia Civil, provenientes das Academias de Transformação. (Elaboração própria)*

<b>ADMITIDO</b>	<b>NOME E APELIDOS</b>	<b>CARGO ALCANÇADO</b>
01/05/1947	Jesús Ferrer Serrano	Coronel
01/05/1947	Manuel Cervantes Collantes	General de Brigada
01/05/1947	Enrique Cacenave Acosta	Coronel
01/05/1947	Luis Pérez Pardiñas	Aposentado em 1963 (Tenente-comandante)
01/05/1947	Miguel Oliete Mañas	Tenente-coronel (2.º Grupo)
01/05/1947	Pedro Galtier Montero	Coronel (2.º Grupo)
01/05/1947	Francisco Zájara Maya	Coronel (2.º Grupo)
01/05/1947	Juan Antonio Núñez García	Coronel (2.º Grupo)
01/05/1947	Serafín López Díaz	Coronel (2.º Grupo)
01/05/1947	Saturnino Estévez Rodríguez	Coronel (2.º Grupo)
01/05/1947	José Ginel García	Coronel (2.º Grupo)

Destaca-se nesta turma o caso de Jesús Ferrer Serrano, cuja trajetória singular começa em 1937<sup>42</sup>, quando conclui a sua formação como sargento provisório e é destacado para o Tercio Santiago, prossegue em 1938<sup>43</sup>, com a sua promoção a alferes provisório, e culmina em 1939<sup>44</sup> com a obtenção do posto de tenente dessa escala. Mais tarde, após concluir os seus estudos na Academia de Transformação, tornar-se-ia efetivo e passaria para a Guardia Civil.

Apesar de ser uma turma reduzida, conta também com um general: Manuel Cervantes Collantes. Entre 9 de junho (tendo sido promovido a 24 de maio) de 1980 e 22 de dezembro do mesmo ano, comandou a Zona de Madrid e, posteriormente, a 6.<sup>a</sup> de León, de onde passaria para o grupo de «Destino de Arma ou Corpo», por ter atingido a idade limite a 1 de setembro de 1982.

<sup>40</sup> Ou de 8 de março de 1947 (*DOME* n.º 58, de 11/03/1947).

<sup>41</sup> Ou de 21 de abril de 1947 (*DOME* n.º 91, de 24/04/1947).

<sup>42</sup> Portaria de 11 de agosto de 1937 (*BOE* n.º 295, de 11/08/1937).

<sup>43</sup> Portaria de 21 de janeiro de 1938 (*BOE* n.º 460, de 24/01/1938).

<sup>44</sup> Portaria de 22 de junho de 1939 (*BOE* n.º 181, de 30/06/1939).

## 4.5. QUINTA CONVOCAÇÃO

A Direção-Geral continuava preocupada com a falta de interesse demonstrada pelos possíveis candidatos. A publicação de um novo edital trazia consigo aquela estranha sensação de esperança e prudência. Mais uma vez, evitou-se definir um número concreto de vagas<sup>45</sup>. E, de novo, tal como já tinha acontecido na 3.<sup>a</sup> convocatória, esta foi alargada<sup>46</sup>. O ritmo de entrada de candidaturas devia ser mais do que preocupante, de tal forma que, neste alargamento, foram tidos em conta aqueles que «*tendo obtido o cargo de tenente efetivo, numerosos subalternos em datas imediatamente posteriores à última citada*».

Convém pararmos aqui para destacar uma questão, no mínimo curiosa. Em dezembro do ano anterior, ou seja, em 1946, teria concluído a I Promoção da AGM, mas nenhum dos seus membros demonstrou interesse pela Guardia Civil, pelo que a 4.<sup>a</sup> Convocatória, a miserável 4.<sup>a</sup> Convocatória, contou apenas com candidatos transferidos. Nesta ocasião, quando, na ampliação do convite, se faz alusão a «*numerosos subalternos*», refere-se à II Promoção de Saragoça<sup>47</sup>, alguns dos quais, oito para ser exato, ingressaram efetivamente no Corpo.

No que diz respeito à idade, excluía os nascidos até 31 de dezembro de 1917.

Tabela 6

*Membros da Quinta Convocatória para ingresso na Guardia Civil, provenientes das Academias de Transformação e da AGM (a azul). (Elaboração própria)*

INGRESSOU	NOME E APELIDOS	CARGO ALCANÇADO
01/04/1948	Diego González Valverde	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	José Francés e Arias Argüello	Coronel
01/04/1948	Ramón Borbolla Noriega	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	Rafael Conesa Bensi	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	Joaquín Vázquez García	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	Miguel Gemar Caro	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	José María Bajos Ayala	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	Marino Losa Martín	Aposentado em 1971 (Tenente-Coronel)
01/04/1948	Joaquín Andrés Andrés	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	Augusto Casquero Izquierdo	Aposentado em 1977 (Tenente-Coronel)
01/04/1948	Antonio Cuadri Cano	Coronel
01/04/1948	José Moreno Antequera	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	José Álvarez Arce	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	Gregorio Fernández Torija	Coronel
01/04/1948	Martín Zabala Sáenz	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	Sergio García Muñoz	Coronel
01/04/1948	José Tirado Urdiales	Aposentado em 1974 (Tenente-coronel)

<sup>45</sup> Portaria de 8 de novembro de 1947 (DOME n.º 256, de 13/11/1947).

<sup>46</sup> Portaria de 18 de fevereiro de 1948 (DOME n.º 42, de 20/02/1948).

<sup>47</sup> Portaria de 15 de dezembro de 1947 (DOME n.º 289, de 24/12/1947).

01/04/1948	Francisco Alonso Casado	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	Francisco Javier Cereceda Colado	General de División
01/04/1948	Manuel de la Puente Llorente	Coronel
01/04/1948	Ginés López del Castillo Saavedra	Coronel (2.º Grupo)
01/04/1948	Buenaventura López Ruano	General de Brigada
01/04/1948	Alejandro de la Mata García de la Rosa	General de Brigada
01/04/1948	José Chápuli Pérez	Coronel

Tal como em todas as turmas, também nesta encontramos algumas peculiaridades que a tornam singular, duas para ser mais preciso. A primeira diz respeito a dois dos seus membros, José Francés y Arias-Argüello e Francisco Alonso Casado, os quais combinaram os dois sistemas de formação, uma vez que, tendo sido transferidos, concluíram a sua formação como membros da I e II turmas, respetivamente, da Academia Geral Militar. Temos de matizar um comentário feito anteriormente, pois tínhamos afirmado que nenhum membro da I Promoção da AGM se tinha interessado pelo concurso anterior, mas agora verificamos que Arias-Argüello aparece como aluno daquela promoção. Isto explica-se pelo facto de ele ter concluído a sua formação como membro da II turma; a sua inclusão na anterior ocorreu mais tarde, ao ser-lhe reconhecida essa antiguidade. O que não deixa margem para dúvidas é o seu empenho inabalável em seguir a carreira militar, pois, além de frequentar os cursos de Transformação e de passar pela AGM, já em 1941 se tinha candidatado a ingressar na Escola Naval de Marín<sup>48</sup>.

A segunda refere-se ao facto de, pela primeira (e única) vez, contarmos com oficiais de Cavalaria entre aqueles que passaram para a Guardia Civil: Joaquín Andrés Andrés, Augusto Casquero Izquierdo, Antonio Cuadri Cano e Gregorio Fernández Torija. A propósito, Cuadri Cano e Fernández Torija beneficiaram da prorrogação do prazo do concurso, que, como já vimos, foi concedida a pensar nos recém-formados de Saragoça e não nos oficiais transferidos, tal como fizeram Moreno Antequera e García Muñoz, da Infantaria, todos eles promovidos apenas alguns dias antes da publicação da prorrogação.

Seguindo a linha dos comentários anteriores, no que diz respeito aos generais, esta turma contará com três, mas todos provenientes de Saragoça, e um deles, Cereceda Colado, ocuparia a Subdireção-Geral. Promovido a general de divisão a 8 de agosto de 1983, substituiu nesse mesmo dia Hermosilla Bernardín e, como um dos mais emblemáticos a ocupar o cargo, permaneceu no mesmo até 28 de outubro de 1986. Tinha sido promovido a general a 20 de junho de 1981, tendo sido nomeado chefe da 5.ª Zona de Logroño a 6 de julho; a 24 do mesmo mês, mas do ano seguinte, passou a comandar a Direção de Material e Manutenção e, a partir daí, assumiu a Subdireção.

López Ruano comandou a 3.ª Zona de Valência, desde 22 de outubro de 1981 (era general desde o dia 2) até 19 de dezembro de 1983, altura em que passou para o grupo de «Destino de Arma ou Corpo».

De la Mata foi promovido a general a 24 de julho de 1982 e assumiu o comando da 2.ª Zona de Sevilha a 9 de agosto, cargo que deixou a 7 de janeiro de 1985, por ter atingido a idade regulamentar para abandonar o serviço ativo.

<sup>48</sup> Portaria de 14 de agosto de 1941 (BOE n.º 229, de 17/08/1941).

## 5. CONCLUSÃO

O ano de 1986 marcará o ponto final da etapa que Bujanda González, como o mais antigo da 1.ª Convocatória, iniciou a 1 de abril de 1945. Curiosamente, 41 anos depois, será um membro dessa mesma convocatória que, ao passar para a Reserva Ativa, se tornará o último dos transformados. Antonio Hermosilla Bernardín passou para essa situação no dia 4 de dezembro de 1984<sup>49</sup>.

### Figura 6

*O general-de-divisão Antonio Hermosilla Bernardín, subdiretor-geral do Corpo, passa em revista a formação no quartel de Segóvia, no âmbito das cerimónias organizadas por ocasião da entrega da faixa de general a Buenaventura López Ruano. (CFHGC, Signatura 02 - CGC - SG - 477). (1981)*



No total, foram 101 os oficiais transferidos que integraram a Guardia Civil. Se tomarmos como referência a hierarquia de 1950, na qual todos eles já tinham entrado, mas em que ainda nenhum tinha sido promovido a capitão, podemos considerar que representavam apenas 11,48%<sup>50</sup> dos subalternos. No entanto, entre 1974 e 1981, ocuparam a cúpula do Corpo, que não contava com mais generais no ativo além daqueles

<sup>49</sup> Decreto-Real n.º 2167/1984, de 5 de dezembro de 1984 (BOE n.º 292, de 06/12/1984).

<sup>50</sup> Nesse ano, contavam-se 851 tenentes da escala geral, mais 3 das escalas que iriam ser extintas (2 da escala Rural e Móvel e 1 da escala de Costas e Fronteiras). Dos 101, subtraímos 3: os dois falecidos no cumprimento do dever em 1947 e Gullón Campoamor, que solicitou a baixa pouco depois de se integrar, em 1946.

com esta origem singular. Talvez seja conveniente recordar que, naquela altura, havia apenas nove.

Se alargarmos o período até ao momento em que Hermsilla deixou o cargo de subdiretor, este período acumulará marcos relevantes na história do Corpo, como, por exemplo:

- 1975 — Reorganização da Guardia Civil.
- 1977 — É suprimida a necessidade de realizar provas para a titularização do cargo de Guardia Civil (embora, é certo, em algumas Comandâncias estas continuem a ser realizadas).
- 1977 — A Escola de Treino de cães policiais é reforçada com a primeira formação para cães detetores de drogas (em 1979 surgirão os detetores de explosivos).
- 1978.- São criados os COS, após um breve período prévio de testes.
- 1978.- É criada a Academia de Procuradores em Sabadell (B).
- 1978.- Nasce a UAR.
- 1978.- É constituído o GEI. Mais tarde, mudará de denominação e passará a chamar-se UEI.
- 1979.- É criado o GAR.
- 1979.- Nasce o DECEDEX. Desde 1973 que se vinha a formar pessoal para enfrentar os desafios que a luta contra as ações da ETA colocava. Os primeiros EDEX tinham sido constituídos em 1978.
- 1979.- Primeiras equipas de Investigação e Relatórios Policiais.
- 1981.- São adquiridos os primeiros 334 Renault 4.
- 1981.- A partir de unidades simples de mergulhadores, surge o GEAS.
- 1981.- A Academia Especial muda-se para Aranjuez.
- 1981.- É aprovada a criação dos Guardas Civis Auxiliares que, a partir do ano seguinte, começarão a prestar serviço.
- 1981.- Primeiro Centro de Formação em Informática.
- 1982.- A Inspeção do Ensino passa a ter o estatuto de Comandância.
- 1982.- Os Renault 4 começam a consolidar o seu estatuto mítico: mais 584 veículos juntam-se aos do ano anterior.
- 1982.- O Serviço Cinológico é reorganizado, com uma chefia da qual dependem grupos e destacamentos, para além da própria Escola.
- 1982.- Criação da Polícia Judicial na Guardia Civil.
- 1983.- Os oficiais da Guardia Civil passam a poder frequentar o curso de Estado-Maior.
- Entre 1974 e 1984, a UHEL passa de 4 para 17 unidades.
- Entre 1981 e 1983, as unidades de Montanha são reforçadas e reorganizadas, atingindo um total de 4 Secções, 10 Grupos e 13 Equipas.
- Etc.

Obviamente, ao ocuparem os cargos mais elevados na estrutura da Guardia Civil, muitos dos que foram promovidos assumiram responsabilidades importantes, tanto dentro do Corpo (Ángel Ruíz Ayúcar, 6.º Diretor da Academia Especial), como fora dele (Mauro Alonso de Armiño Díez, Representante do Ministério do Interior na Comissão Superior Permanente de Remunerações, do Estado-Maior Superior).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Direção-Geral do Ensino Militar (janeiro de 1940). *Ordem que publica a lista dos admitidos para a realização das provas de admissão na Academia de Transformação*. Jornal Oficial do Ministério do Exército, n.º 2.

(E DOME subsequentes contendo as ordens relativas a convocatórias, designação dos admitidos às provas de seleção, nomeação de alunos, obtenção do cargo de tenentes efetivos do Exército, bem como a sua passagem para a Guardia Civil. Jornais oficiais consultados: 82)

Isabel Sánchez, J.L. (2023). *A Academia de Infantaria e os seus cadetes. 1850-2022*. Madrid: Iberdrola.

Ministério da Defesa Nacional (junho de 1939). *Decreto de 4 de junho de 1939 que dispõe que as vagas que, em consequência do reajustamento dos quadros inerente à reorganização do Exército, surjam na classe dos oficiais subalternos, sejam preenchidas por pessoal da Escala de Oficiais Provisórios e de Complemento e que regula a forma e as condições da sua admissão*. Boletim Oficial do Estado, n.º 156.

Ministério da Defesa Nacional (agosto de 1939). *Ordem de 9 de agosto de 1939 para a aplicação do Decreto de 4 de junho último (B.O. n.º 156) relativo à transformação de oficiais provisórios e de complemento em oficiais de carreira*. Boletim Oficial do Estado, n.º 225.

Ministério da Defesa Nacional (outubro de 1939). *Ordem de 7 de outubro de 1939 relativa aos planos de estudos a seguir nas Academias Militares para a transformação de oficiais de complemento e provisórios em profissionais, e concurso para preencher o corpo docente desses centros*. Boletim Oficial do Estado, n.º 285.

Presidência da Junta de Defesa Nacional (setembro de 1936). *Decreto n.º 94 que estabelece as regras para a concessão do exercício do cargo correspondente ao posto de alferes ao Corpo de Suboficiais, às classes de tropa e aos soldados dos Regimentos de Infantaria e Artilharia e aos indivíduos das milícias militarizadas, presentes nas fileiras*. Boletim Oficial da Junta de Defesa Nacional de Espanha, n.º 17.

Vários Autores (1985). *O Centro de Instrução*. *Revista de Estudos Históricos da Guardia Civil*, n.º extraordinário. Madrid: DGGC.

Vários Autores (2010). *Escalas de Complemento. Origem e evolução*. *Revista de História Militar*, n.º extraordinário. Madrid: IHCM.

